



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ AGUIAR PANZOLDO

**Governos de Extrema Direita e Agenda Ambiental: Uma Análise Entre os
Mandatos de Jair Bolsonaro e Donald Trump**

São Paulo
2024

BEATRIZ AGUIAR PANZOLDO

Governos de Extrema Direita e Agenda Ambiental: Uma Análise Entre os Mandatos
de Jair Bolsonaro e Donald Trump

Trabalho de Conclusão de Curso pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Orientador: Natália Mello

São Paulo
2024

RESUMO

Este trabalho acadêmico propõe-se a analisar as interações entre governos de extrema direita e a agenda ambiental global, com ênfase nas políticas ambientais implementadas durante os mandatos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos. Ambos os líderes adotaram abordagens marcadas pela desregulamentação ambiental, priorizando interesses econômicos de curto prazo em detrimento da sustentabilidade e da preservação ambiental. A pesquisa avalia os impactos dessas políticas, incluindo o aumento significativo de desmatamento, emissões de gases de efeito estufa e degradação dos recursos naturais, bem como suas implicações para a governança climática internacional. Por fim, o estudo reflete sobre os legados desses governos, incluindo os impactos reputacionais para Brasil e Estados Unidos, e discute as possibilidades de retomada e fortalecimento das agendas ambientais em contextos democráticos, enfatizando a necessidade de comprometimento político e governança efetiva para enfrentar os desafios climáticos contemporâneos.

Palavras-chave: Governos de Extrema Direita; Políticas Ambientais; Jair Bolsonaro; Donald Trump; Governança Climática; Desregulamentação Ambiental.

ABSTRACT

This academic work aims to analyze the interactions between far-right governments and the global environmental agenda, focusing on the environmental policies implemented during the administrations of Jair Bolsonaro in Brazil and Donald Trump in the United States. Both leaders adopted approaches characterized by environmental deregulation, prioritizing short-term economic interests over sustainability and environmental preservation. The research evaluates the impacts of these policies, including significant increases in deforestation, greenhouse gas emissions, and natural resource degradation, as well as their implications for international climate governance. Finally, the study reflects on the legacies of these governments, including reputational impacts on Brazil and the United States, and discusses the possibilities of resuming and strengthening environmental agendas in democratic contexts, emphasizing the need for political commitment and effective governance to address contemporary climate challenges.

Keywords: Far-right Governments; Environmental Policies; Jair Bolsonaro; Donald Trump; Climate Governance; Environmental Deregulation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 EXTREMA DIREITA E A CRISE AMBIENTAL: A LÓGICA CAPITALISTA DE DESTRUIÇÃO NOS GOVERNOS DE EXTREMA DIREITA.....	07
1.1 A Politização do Meio Ambiente pela Extrema Direita	10
1.2 Populismo, Negacionismo e Isolacionismo Ambiental	11
2 POLÍTICAS AMBIENTAIS NOS MANDATOS DE JAIR BOLSONARO E DONALD TRUMP	14
2.1 Mandato de Jair Bolsonaro	14
2.2 Mandato de Donald Trump	16
3 COMPARAÇÃO ENTRE OS MANDATOS DE JAIR BOLSONARO E DONALD TRUMP NA AGENDA AMBIENTAL.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
5 REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Atualmente, as mudanças climáticas representam um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade, e, para serem detidas, elas exigem planos de ação muito bem coordenados no âmbito nacional e internacional. No entanto, a ascensão de governos de extrema direita tem gerado impactos significativos na agenda ambiental, especialmente em países de destaque global como Brasil e Estados Unidos (Ioris; Neto, 2023). Durante os mandatos de Jair Bolsonaro e Donald Trump, as políticas ambientais foram profundamente reconfiguradas, marcadas por desregulamentações, enfraquecimento institucional e a priorização de interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade.

Nesse contexto, a proteção ambiental e a adoção de medidas para combater as mudanças climáticas dentro desses governos foram colocadas em segundo plano. Isso ocorre porque esses governos enxergam a agenda ambiental como uma ameaça aos interesses econômicos e à soberania nacional (Simões, 2022). No entanto, a questão ambiental é uma preocupação atual que requer uma ação coletiva para mitigar esses impactos, a fim de garantir um ambiente sustentável para as gerações futuras, e, nesse sentido, conclui-se que a emergência de governos de extrema-direita e a sua abordagem hostil em relação à agenda ambiental desafia ainda mais a governança global de enfrentar essa problemática urgente de maneira eficaz.

É possível observar que nos últimos anos tem havido um aumento significativo da ascensão de governos de extrema direita em partes do mundo. Dois exemplos notáveis são os mandatos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e de Donald Trump, nos Estados Unidos, governos marcados por políticas que tiveram um grande impacto negativo na agenda ambiental. Durante suas campanhas eleitorais e subsequentes mandatos, tanto Bolsonaro quanto Trump fizeram declarações que sugerem uma postura de antagonismo em relação às preocupações ambientais predominantes, promovendo agendas econômicas que colocaram o desenvolvimento industrial e a exploração de recursos naturais acima da proteção ambiental (Ioris; Neto, 2023).

Jair Bolsonaro, antes e durante sua presidência, expressou repetidamente um ceticismo sobre o aquecimento global (e dentre outras questões relacionadas à ciência climática). Seu governo priorizou a expansão agropecuária e a exploração de recursos naturais na Amazônia, resultando em um aumento significativo do desmatamento e em conflitos com comunidades indígenas, bem como organizações ambientais. Bolsonaro também enfraqueceu agências de fiscalização ambiental, cortou fundos destinados à preservação e alinhou-se com setores do

agronegócio, defendendo que a proteção ambiental entrava em conflito com o desenvolvimento econômico (Ioris; Neto, 2023).

Por sua vez, Donald Trump, ao assumir a presidência, rapidamente reverteu muitas das políticas ambientais implementadas por seu antecessor, Barack Obama. A retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris em 2017 foi um dos atos mais emblemáticos de sua administração, sinalizando um afastamento dos compromissos globais para combater as mudanças climáticas. Trump desmantelou diversas regulamentações ambientais, incentivou a produção de combustíveis fósseis e reduziu o poder de agências como a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) (Stuart, Smith; 2021).

A escolha dos governos Bolsonaro e Trump para esta comparação não é arbitrária. Ambos os líderes se destacaram pela similaridade em suas posições políticas, apesar das diferenças culturais e econômicas. A administração de Trump foi marcada por um nacionalismo econômico agressivo, que se refletiu diretamente na sua política ambiental, enquanto Bolsonaro, apelidado de "Trump dos Trópicos" (Ioris; Neto, 2023), adotou uma retórica similar, moldando suas políticas conforme um ideário desenvolvimentista que desconsidera os custos ambientais.

Em um momento crítico para o planeta, onde o mundo alerta sobre a urgência de ações concretas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, a análise das políticas ambientais desses dois líderes é importante para analisar como governos de extrema direita podem influenciar o debate global sobre sustentabilidade e mudanças climáticas e entender os desafios que a comunidade internacional enfrenta na luta por um futuro sustentável em um cenário político global cada vez mais polarizado.

1. EXTREMA DIREITA E A CRISE AMBIENTAL: A LÓGICA CAPITALISTA DE DESTRUIÇÃO NOS GOVERNOS DE EXTREMA DIREITA

Os governos de extrema direita são caracterizados por uma ideologia política que enfatiza valores conservadores, nacionalistas e autoritários. Embora as características variem de acordo com o contexto histórico e o país, existem alguns pontos comuns que podem ser observados nesse modelo de governo, tais como o conservadorismo social, que defende valores tradicionais e busca preservar a ordem social e cultural já existente; o autoritarismo, característica em que o poder é centralizado nas mãos de um líder, restringindo a independência dos poderes judiciário e legislativo, bem como limitando a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão; o populismo, que se define em uma abordagem política que busca conquistar o apoio popular ao adotar discursos simplificados e polarizados, prometendo soluções para problemas complexos e o anti-globalismo, conceito que se manifesta quando políticas isolacionistas são defendidas, colocando os interesses nacionais acima da cooperação e integração global. (Simões, 2022).

Essa convergência de características ideológicas e políticas permite estabelecer um vínculo entre as práticas dos governos de extrema direita e os ideais defendidos pela ultradireita, que compartilha traços como nacionalismo exacerbado, conservadorismo social e oposição a iniciativas globais. Esse termo se refere a uma ideologia que também se posiciona no espectro político de direita, defendendo a forte identidade nacional, a economia de mercado com pouca intervenção estatal, uma abordagem restritiva em relação à imigração, um ideal de Estado autoritário, junto à valores tradicionais e conservadores (Azevedo 2019). Os grupos que se identificam como tal são caracterizados por sua hostilidade em relação a minorias e oposição a políticas que visam a igualdade e a inclusão social, e também costumam ser críticos das instituições e acordos internacionais, como a União Europeia e as Nações Unidas.

No geral, eles são associados a características como: nacionalistas, fascistas, racistas, xenófobos, homofóbicos, islamofóbicos e anti semitas (Azevedo, 2019). Tanto no hemisfério ocidental como no oriental, as políticas dos ideais ultra direitistas vêm crescendo nos últimos anos. São processos dessa ordem que têm contribuído para que a questão ambiental venha ganhando uma crescente centralidade política.

A relação entre esses governos e a agenda ambiental é marcada por um conjunto de práticas e discursos que colocam em segundo plano a urgência das questões ecológicas. Para entender essa dinâmica, é fundamental analisar o papel que o capitalismo e suas extensões políticas desempenham na formulação dessas políticas.

John Foster, em sua obra "The Ecological Rift: Capitalism 's War on the Earth" (2010), defende que a crise ambiental atual não pode ser dissociada das estruturas econômicas que sustentam o capitalismo global, ao considerar que o capitalismo, ao promover o crescimento econômico ilimitado, opera em contradição direta com os limites ecológicos do planeta. Portanto, governos de extrema direita, ao aderirem a uma ideologia ultraliberal e pró-mercado, reforçam um sistema econômico que destrói ecossistemas em busca de crescimento econômico imediato.

A guerra do capitalismo contra a Terra não é um efeito colateral, mas uma característica inerente ao sistema, que coloca o lucro acima da sustentabilidade ecológica. (FOSTER, 2010, p. 29).

Esse processo (conflito estrutural entre a busca por lucro e a preservação ambiental) é exacerbado por uma postura deliberada de negacionismo climático, comum entre líderes de extrema direita, que tendem a rejeitar as evidências científicas sobre as mudanças climáticas como forma de proteger os interesses econômicos das elites. Dessa forma, o negacionismo climático é uma ferramenta política utilizada para perpetuar a exploração de recursos naturais, sem que haja restrições impostas por políticas ambientais progressistas (Foster, 2010).

O governo de Jair Bolsonaro foi um exemplo claro dessa prática, ao dismantelar instituições de fiscalização ambiental e minimizar os impactos do desmatamento na Amazônia, promovendo a exploração comercial da floresta em nome do crescimento econômico, dentre outras atitudes; postura inerente ao próprio sistema capitalista, que vê o meio ambiente como um recurso a ser explorado sem consideração para com suas limitações naturais.

Portanto, o capitalismo neoliberal, promovido por governos de extrema e ultra direita, é incompatível com a resolução da crise climática, segundo Naomi Klein, em "This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate" (2014). O livre mercado, essencial para a ideologia desses governos, privilegia a expansão econômica e a desregulamentação, resultando em políticas que minimizam a importância da preservação ambiental, e, nesse sentido, a crise climática não pode ser resolvida dentro dos limites do capitalismo (Klein, 2014, p. 45), o que ressalta a necessidade de uma mudança sistêmica para enfrentar o problema de maneira efetiva.

Essa relação destaca como a lógica neoliberal sustenta políticas que reforçam a crise climática e dificultam a cooperação internacional necessária. Essa incapacidade dos governos de extrema direita de lidar com a crise se deve, em grande parte, pela má utilização da retórica do desenvolvimento econômico para justificar políticas de desregulamentação ambiental, estratégia que está intrinsecamente ligada à manutenção dos interesses corporativos e,

consequentemente, à sua recusa em aceitar a interdependência global e a necessidade de cooperação internacional quando se trata de questões ambientais.

O nacionalismo exacerbado, ferramenta usada para minar os esforços internacionais de combate à crise climática, se manifesta de forma clara na resistência a acordos multilaterais, como o Acordo de Paris. A recusa desses governos em se comprometer com metas de redução de emissões, sob o pretexto de preservar a soberania nacional, compromete os esforços globais para mitigar os impactos das mudanças climáticas; estratégia eficaz para mobilizar apoio popular, ao mesmo tempo que desmantela políticas ambientais. No Brasil, essa postura ficou evidente nas críticas de Bolsonaro ao próprio Acordo de Paris, quando o presidente ameaçou retirar o país do tratado sob o argumento de que ele prejudicaria o agronegócio.

Os acordos globais são retratados como tentativas de intervenção estrangeira, o que permite a esses governos se desvencilhar de suas responsabilidades em relação à crise climática” (Klein, p. 46, 2014)

Ao negligenciar a crise climática, esses governos também agravam desigualdades sociais, uma vez que os impactos da degradação ambiental são sentidos de forma desproporcional pelas populações mais vulneráveis, agravando desigualdades socioeconômicas (Klein, 2014). No Brasil especificamente, essa realidade se reflete nas comunidades indígenas e quilombolas, que sofrem com a perda de terras e a destruição dos ecossistemas dos quais dependem para sobreviver. Nesse sentido, a expansão do agronegócio e a exploração de recursos naturais, sancionadas pelo governo de Bolsonaro, resultaram na marginalização dessas populações, que têm pouco poder político para resistir à destruição de seus territórios.

O capitalismo, ao priorizar o lucro e o crescimento ilimitado, não é capaz de coexistir com uma visão de sustentabilidade de longo prazo. A exploração capitalista dos recursos naturais transforma o meio ambiente em mercadoria, ignorando os limites ecológicos e os impactos sociais dessa exploração desenfreada (Foster, 2010). Neste sentido, a retórica do desenvolvimento, promovida por esses governos, disfarça a realidade de que o crescimento econômico é obtido às custas de degradação ambiental irreversível e da deterioração das condições de vida das populações mais pobres.

Ambos os autores, tanto Foster quanto Klein mostraram, em suas obras, que a crise ambiental é também uma crise política, profundamente enraizada nas estruturas econômicas e sociais que promovem a concentração de riqueza e poder em detrimento do bem comum.

O enfrentamento da crise climática requer uma transformação radical de nossas estruturas econômicas e políticas, em que os recursos naturais não sejam

tratados como commodities descartáveis, mas como bens comuns a serem protegidos (KLEIN, 2014, p. 344)

Portanto, a resistência a essa transformação, impede qualquer avanço significativo em direção à sustentabilidade e à justiça climática (KLEIN, 2014). A questão central é que, ao negligenciar a emergência climática e promover políticas de desregulamentação, esses governos não apenas perpetuam um modelo de exploração predatória, mas também consolidam um sistema de injustiça socioambiental. Os esforços para mitigar os impactos das mudanças climáticas, que requerem ações cooperativas e globais, são sabotados pela postura isolacionista e ultranacionalista desses regimes, que veem na soberania econômica e no lucro a curto prazo os únicos objetivos a serem perseguidos.

Dessarte, a crise climática, quando olhada sob a ótica do capitalismo exacerbado, revela-se não apenas uma questão ambiental, mas um problema profundamente enraizado nas desigualdades estruturais e na lógica de acumulação capitalista. A transformação necessária para evitar uma catástrofe climática, portanto, envolve repensar as bases políticas e econômicas que sustentam esses governos, colocando a sustentabilidade e a equidade no centro das políticas públicas.

1.1 A Politização do Meio Ambiente pela Extrema Direita

A análise dos governos de extrema direita em relação à agenda ambiental requer uma compreensão mais aprofundada da interação entre ideologia política, nacionalismo e a rejeição das políticas ambientais progressistas. Diferentes autores abordam essa questão a partir de perspectivas complementares, e três estudos contemporâneos se destacam nesse contexto: o de Carolline Teixeira Simões (2020), que explora a politização do meio ambiente pela extrema direita; o de Bruno Araújo (2021), que investiga o populismo autoritário e sua relação com o discurso anti ambiental no Brasil; e o de Lowi (2024), que discute o conservadorismo e o comportamento da extrema direita na Europa e no Brasil.

No estudo de Simões (2020), a causa ambiental é apresentada como um dos principais alvos da extrema direita, com uma análise detalhada da Hungria e do Brasil. No cenário político desses países, os governos não apenas negam a ciência climática, mas politizam a questão ambiental, transformando-a em uma ferramenta ideológica para sustentar suas bases autoritárias. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro se utiliza de um discurso anti ambiental que deslegitima qualquer crítica à exploração da Amazônia, enquanto na Hungria, Viktor Orbán promove uma agenda ultranacionalista que desvia a atenção das políticas ambientais

progressistas ao alegar que elas enfraquecem a soberania nacional. De acordo com Simões (2020), “a politização do meio ambiente pela extrema direita é uma estratégia que visa desmobilizar as políticas globais de sustentabilidade em nome de um falso nacionalismo” (SIMÕES, 2020, p. 47).

Essa abordagem fica evidente na maneira como o Brasil lida com o desmatamento da Amazônia. Bolsonaro não só enfraqueceu as instituições de fiscalização ambiental, mas também atacou organizações não-governamentais que tentavam monitorar a destruição da floresta. Esse comportamento reflete uma visão ultranacionalista, na qual a exploração dos recursos naturais é apresentada como uma prerrogativa do Estado soberano. A politização do meio ambiente, conforme descrito por Simões, é uma estratégia deliberada para enfraquecer o movimento ambientalista e promover uma exploração irrestrita dos recursos, independentemente das consequências para o planeta.

1.2 Populismo, Negacionismo e Isolacionismo Ambiental

O mundo tem assistido, nos últimos anos, à ascensão de líderes populistas de caráter autoritário, que se notabilizam pela articulação de discursos simplistas, ataques permanentes às instituições e a grupos vulneráveis. Atuam como mobilizadores de discursos de ódio e teorias da conspiração, com base nos quais buscam fabricar inimigos imaginários e deslegitimar as elites, especialmente aquelas produtoras de conhecimento, como cientistas e jornalistas partimos do pressuposto de que a dinâmica do populismo autoritário encontra uma oportunidade de articulação relevante no terreno da agenda ambiental (ARAÚJO, p. 4, 2021).

O populismo autoritário tem sido cada vez mais visível em todo o mundo nos últimos anos, com líderes políticos como Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil. Como a crise climática exige ação global coordenada, é notório que os líderes populistas de direita costumam se opor a medidas que ameacem sua soberania nacional. Em conformidade com tal entendimento de políticas populistas, os grupos ultradireitistas refutam ideais de cooperação internacional promovidas por grupos estrangeiros. Nesse sentido, defendem um ideal populista cuja base está no fortalecimento da massa nacional distante de princípios cooperativos, sob a justificativa de que estes são uma estratégia para minar a soberania estatal (Araujo, 2021).

Seguindo este raciocínio, os governos de ultradireita apesar de não terem um posicionamento unificado sobre o assunto, apresentam muitas vezes abordagens padronizadas que refletem a essência de seus ideais. Neste sentido, costumam associar políticas de preservação ambiental às elites globais e a agenda climática a táticas de intervenção em suas políticas internas - a partir disso, reproduzem pensamentos negacionistas a fim de invalidar as

agendas importadas, além de priorizar interesses econômicos imediatos em detrimento da proteção ambiental, muitas vezes se opondo a políticas de combate às mudanças climáticas que possam afetar negativamente setores econômicos (Simões, 2020). Ainda, esses governos minimizam a importância das evidências científicas sobre as mudanças climáticas - retomando a postura negacionista - o que dificulta a implementação de políticas efetivas.

A abordagem negacionista da agenda ambiental por parte de governos de extrema direita está relacionada a uma série de fatores, como a rejeição às políticas de proteção ambiental consideradas excessivamente restritivas e a defesa do desenvolvimento econômico como prioridade máxima, sem considerar as consequências ambientais. De acordo com a autora, essa abordagem negacionista da agenda ambiental pelos governos de extrema direita está relacionada a uma visão de mundo que valoriza a dominação da natureza e a primazia do ser humano sobre o meio ambiente (Simões, 2020).

Essa postura reflete uma lógica de exploração que enxerga os recursos naturais como elementos puramente econômicos, desconsiderando seus papéis ecológicos e sociais. Nesse contexto, os discursos populistas criaram uma narrativa que associa políticas ambientais a obstáculos para o progresso nacional, utilizando a retórica da soberania para justificar ações que, na prática, intensificam a degradação ambiental. Tal estratégia não apenas compromete a preservação dos ecossistemas, mas também enfraquece a cooperação internacional necessária para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, prejudicando esforços globais que demandam soluções coletivas.

Além disso, a rejeição à agenda climática global por parte desses governos muito se apoia em desinformação, promovendo teorias conspiratórias e deslegitimando instituições científicas e multilaterais. Essa abordagem não apenas reforça o negacionismo climático, mas também dificulta a conscientização pública sobre a gravidade da crise ambiental. A combinação de interesses econômicos imediatistas, discursos nacionalistas e a negação da ciência climática cria um cenário de inércia política, onde as ações necessárias para enfrentar as mudanças climáticas são constantemente ignoradas, com impactos graves e irreversíveis para as próximas gerações.

2. POLÍTICAS AMBIENTAIS NOS MANDATOS DE JAIR BOLSONARO E DONALD TRUMP

A análise dos mandatos de Jair Bolsonaro e Donald Trump no contexto da agenda ambiental permite compreender como os governos de extrema direita implementaram políticas que priorizam interesses econômicos imediatistas em detrimento da preservação ambiental na prática. Ambos os líderes adotaram posturas negacionistas em relação à crise climática, enfraquecendo instituições reguladoras e deslegitimando acordos internacionais. Essa abordagem, marcada pela desregulamentação e pela retórica nacionalista, gerou impactos significativos não apenas para os ecossistemas de seus países, mas também para a governança ambiental global. O estudo dessas gestões é essencial para entender os desafios enfrentados na promoção de uma agenda sustentável em regimes autoritários.

2.1 Mandato de Jair Bolsonaro

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma significativa reconfiguração das políticas ambientais no Brasil, promovendo o desmantelamento de estruturas institucionais e normativas que haviam sido construídas ao longo de décadas. A agenda ambiental, anteriormente considerada estratégica em fóruns nacionais e internacionais, passou a ser tratada como um entrave ao desenvolvimento econômico, especialmente nos setores agropecuário e de mineração (Losekann; Paiva, 2022).

No cenário atual de transformações nos modelos de governança, o Brasil destacou-se como exemplo de uma tendência global de questionamento das instituições políticas e do Estado. Sob a influência de ideais de extrema direita, Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018, representando uma aliança entre setores liberal-conservadores. Essa eleição ocorreu em meio a um cenário de intensa polarização política, caracterizado por discursos populistas, conservadores e pela disseminação de fake news como estratégia de campanha (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022)

Ainda durante sua campanha, Bolsonaro anunciou sua intenção de extinguir o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrá-lo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa proposta gerou ampla repercussão negativa, tanto nacional quanto internacionalmente, levando ao recuo do governo. Apesar disso, o MMA foi profundamente reconfigurado, com a extinção de áreas estratégicas, como a Diretoria de Educação Ambiental, e a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o MAPA. Tais

mudanças simbolizaram o reordenamento da política ambiental para atender a interesses econômicos, especialmente do agronegócio e da mineração. (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022)

A legitimidade para proteção ambiental foi sendo reduzida ao escopo do Estado, porém com uma arquitetura institucional de gestão que foi se desestruturando, militarizando e fechando com o desmantelamento dos órgãos de controle e de fiscalização. Tal política criou um aparente modelo contraditório de política ambiental, centrado no controle do Estado para atender os objetivos de setores econômicos declarados desse grupo político. (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022, p.20)

O período foi marcado por conflitos ambientais crescentes, intensificados pela retórica governamental de negação do aquecimento global e deslegitimação de instituições científicas e educacionais. O presidente e membros do governo hostilizaram pesquisadores, universidades e organizações não governamentais (ONGs), acusando-os de disseminar dados falsos ou de comprometer os interesses nacionais. A adoção de um discurso baseado na “soberania nacional” serviu para justificar a exploração de áreas ambientalmente sensíveis, como a Amazônia, e para desacreditar as pressões internacionais sobre a política ambiental do país. (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022)

A nomeação de Ricardo Salles como ministro do Meio Ambiente reforçou essa linha política. Condenado em primeira instância por fraude, Salles liderou uma gestão marcada pela flexibilização das regulamentações ambientais, pelo desmonte de instituições e pelo favorecimento de setores econômicos. Durante sua gestão, o governo liberou centenas de novos agrotóxicos, muitos deles proibidos em outros países devido à sua toxicidade. Além disso, promoveu a revisão de unidades de conservação, alegando que muitas dessas áreas foram criadas “sem critérios técnicos” e poderiam ser extintas ou reconfiguradas (*El País*, 2021).

Na Amazônia, as consequências das políticas implementadas foram particularmente graves. O desmatamento e as queimadas atingiram níveis recordes, enquanto a fiscalização ambiental foi enfraquecida por meio de cortes orçamentários e pela deslegitimação de órgãos como o IBAMA e o ICMBio. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicaram um aumento de 88% nos alertas de desmatamento em terras indígenas e unidades de conservação no primeiro ano de mandato. No entanto, Bolsonaro e sua equipe questionaram a veracidade dos dados, atribuindo a responsabilidade pelos problemas ambientais a ONGs ou a governadores estaduais (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022) .

Internacionalmente, o governo enfrentou críticas severas de países como Alemanha e França, que suspenderam investimentos no Fundo Amazônia em resposta ao aumento do

desmatamento. Em reação, Bolsonaro utilizou discursos polêmicos para minimizar a relevância dessas críticas, como em sua declaração direcionada à chanceler Angela Merkel: “Pega essa grana e refloreste a Alemanha, tá ok?” (Soares, Gulliano, 2019).

Por fim, o uso de fake news pelo governo Bolsonaro foi uma ferramenta central para moldar o debate público. De acordo com o site Aos Fatos (2022), o ex-presidente realizou mais de 6.200 declarações falsas ou distorcidas durante seu mandato, das quais cerca de 20 estavam relacionadas diretamente à pauta ambiental. Essa estratégia desviou o foco das discussões sobre os reais problemas ambientais do Brasil, permitindo que medidas controversas fossem implementadas sem maior escrutínio público.

Em suma, as políticas ambientais do governo Bolsonaro refletiram uma visão instrumental dos recursos naturais, priorizando interesses econômicos de curto prazo em detrimento da conservação ambiental e da sustentabilidade. A combinação de discursos negacionistas, desinformação e ações de desmonte institucional resultou em retrocessos significativos para a governança ambiental brasileira, com impactos que poderão ser sentidos por décadas.

2.2 Mandato de Donald Trump

Reconhecendo que a mudança climática é uma preocupação comum da humanidade, as Partes deverão, ao tomar medidas para combater as mudanças climáticas, respeitar, promover e considerar suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade, o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e a igualdade intergeracional, (...) (ACORDO DE PARIS, 2015).

A política climática da administração de Donald Trump foi marcada por ações controversas e uma postura de ceticismo em relação aos compromissos globais de combate às mudanças climáticas. A decisão de retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris, anunciada em 1º de junho de 2017, simbolizou o rompimento do país com o maior tratado multilateral sobre o clima, justificando essa medida como uma forma de proteger a economia americana. Durante o discurso oficial, Trump utilizou dados distorcidos e informações questionáveis, para embasar sua alegação de que o acordo prejudicava a competitividade econômica dos Estados Unidos ao beneficiar economias emergentes como a China e a Índia (Shirts, 2017).

Historicamente, a participação dos Estados Unidos em fóruns climáticos internacionais tem oscilado entre períodos de maior engajamento e momentos de afastamento, refletindo uma postura ambígua em relação às mudanças climáticas. A decisão de Trump, no entanto, destacou-se pelo impacto global e pelas justificativas apresentadas, que ressaltavam a suposta

desigualdade de tratamento entre os países no âmbito do acordo. Trump argumentou que o Acordo de Paris resultaria em custos econômicos excessivos, incluindo a perda de milhões de empregos no setor industrial e a transferência injusta de riqueza dos Estados Unidos para outros países. (Shirts, 2017).

Internamente, essa postura representou uma ruptura significativa com as políticas climáticas do governo anterior. Entre as medidas implementadas pela administração Trump, destaca-se a substituição do Plano de Energia Limpa por uma política mais permissiva. Além disso, as estimativas de custo social do carbono foram revisadas, minimizando os impactos econômicos das emissões de gases de efeito estufa e enfraquecendo as bases científicas para regulamentações ambientais mais rigorosas. Essas ações evidenciam uma priorização dos interesses das indústrias de combustíveis fósseis, em detrimento de iniciativas voltadas para a mitigação das mudanças climáticas (Mendes, 2022).

No plano internacional, a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris gerou reações adversas de líderes globais e organizações ambientais, que consideraram essa decisão um retrocesso nos esforços coletivos para combater as mudanças climáticas. Apesar de o acordo não ser juridicamente vinculativo, o desengajamento americano comprometeu os fluxos financeiros destinados a projetos climáticos em países em desenvolvimento, além de enfraquecer a confiança no papel de liderança global dos Estados Unidos. Embora Trump tenha criticado o suposto favorecimento de outras economias no acordo, especialistas destacam que ele ignorou compromissos voluntários assumidos por países como a China, que havia estabelecido metas claras para reduzir suas emissões e aumentar o uso de fontes de energia renovável. (Shirts, 2017).

Somam-se a essa questão o nacionalismo e o isolacionismo americano pautado para o reforço de investimentos no setor de segurança e defesa da integridade territorial dos Estados Unidos, imprimindo a postura de retorno ao comportamento realista (a política do poder), cujo o *slogam* “*America First*” ou (Estados Unidos em Primeiro) como instrumento político nacionalista. Entretanto, sob o ponto de vista da política da Administração Trump, são apresentadas, em seguida, as principais discussões para o entendimento da política empregada na referida administração. (Mendes, p. 38, 2022)

Os grupos de interesse desempenharam um papel central na formulação da política climática americana durante o governo Trump. Indústrias ligadas aos combustíveis fósseis, como o American Petroleum Institute (API), exerceram influência significativa na agenda governamental, promovendo políticas favoráveis à exploração de petróleo e gás e enfraquecendo regulamentações ambientais. Essa relação estreita entre o setor privado e a

administração resultou em uma narrativa que opunha o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desmantelamento de avanços legislativos e institucionais na área climática (Mendes, 2022).

A decisão de Trump de abandonar o Acordo de Paris reflete não apenas uma visão isolacionista, mas também uma reorientação de prioridades que privilegia interesses econômicos de curto prazo. Ao enfraquecer regulamentações ambientais e reduzir a participação dos Estados Unidos em iniciativas globais, essa postura comprometeu tanto a governança climática internacional quanto os esforços domésticos para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Essa trajetória evidencia a complexidade de equilibrar interesses econômicos e responsabilidades ambientais em um cenário global cada vez mais polarizado.

3. COMPARAÇÃO ENTRE OS MANDATOS DE JAIR BOLSONARO E DONALD TRUMP NA AGENDA AMBIENTAL

A análise das políticas ambientais de Jair Bolsonaro e Donald Trump revela semelhanças marcantes, fundamentadas em abordagens que priorizaram interesses econômicos de curto prazo e enfraqueceram os esforços globais de conservação ambiental. Ambos os líderes representaram governos alinhados a ideais de extrema direita, caracterizados por discursos nacionalistas e retóricas de desconfiança em relação à ciência climática e aos compromissos multilaterais. Essa postura reflete um padrão de governança que desconsidera os impactos de longo prazo das mudanças climáticas em favor de uma visão econômica imediatista, alinhada aos interesses de setores como o agronegócio e os combustíveis fósseis.

No caso de Donald Trump, sua administração foi marcada pela retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, uma decisão que simbolizou a rejeição do país ao maior tratado multilateral de combate às mudanças climáticas do século XXI. Essa ação foi justificada com base em argumentos econômicos e políticos, que incluíam a suposta perda de empregos e a desvantagem competitiva em relação a outras potências.

Sob essa ótica, a postura do governo Trump gerou instabilidade em relação aos avanços obtidos no regime internacional de mudanças climáticas. A retirada dos Estados Unidos colocou em dúvida a capacidade de implementação de medidas eficazes e suficientes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que enfraqueceu os esforços para promover a produção de energias renováveis. Isso representou não apenas uma barreira ao desenvolvimento sustentável, mas também uma ameaça à construção de uma transição energética segura, essencial para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (Mendes, 2022).

Em suma, a decisão de Trump de abandonar o Acordo de Paris destacou as tensões entre compromissos internacionais e interesses domésticos, revelando a fragilidade dos esforços coletivos para enfrentar um dos maiores desafios do século XXI. Esse episódio sublinha a necessidade de um sistema internacional mais robusto, capaz de resistir a mudanças de liderança e garantir a continuidade de iniciativas climáticas em longo prazo (Mendes, 2022).

De maneira semelhante, Jair Bolsonaro adotou uma abordagem que minimizou os impactos ambientais em prol do desenvolvimento econômico, com foco no agronegócio e na mineração. A Amazônia, um dos biomas mais importantes do mundo, foi severamente impactada por políticas que enfraqueceram a fiscalização ambiental e incentivaram a exploração de áreas protegidas. Seu governo promoveu a flexibilização de normas, a liberação

de agrotóxicos e o desmonte de instituições como o IBAMA e o ICMBio, ações que aumentaram os índices de desmatamento e queimadas, atraindo críticas internacionais (Ioris; Neto, 2023).

Embora os contextos nacionais sejam distintos, as semelhanças entre as abordagens de Trump e Bolsonaro são evidentes na forma como ambos deslegitimaram instituições científicas e ambientais, ignoraram alertas sobre a gravidade das mudanças climáticas e priorizaram interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade. Essa convergência reflete uma tendência mais ampla entre governos de extrema direita, que frequentemente utilizam discursos anti globalistas e céticos em relação à ciência para justificar políticas de desmonte ambiental.

No entanto, as consequências dessas políticas não se restringem ao âmbito nacional. A retirada de Trump do Acordo de Paris teve repercussões internacionais significativas, enfraquecendo os esforços globais de mitigação e encorajando outros países a adotar posturas semelhantes (Mendes, 2022). Da mesma forma, as ações de Bolsonaro na Amazônia não apenas comprometeram o ecossistema local, mas também afetaram os esforços globais para conter o aquecimento climático, dada a importância da floresta como um sumidouro de carbono.

Conclui-se que as administrações de Trump e Bolsonaro representaram retrocessos na agenda ambiental global, exemplificando como lideranças políticas podem influenciar negativamente a governança climática. Ambas as gestões demonstraram a fragilidade dos compromissos internacionais frente a interesses nacionais imediatistas e ideologias políticas. A comparação entre os dois líderes evidencia a necessidade de fortalecer estruturas multilaterais que possam resistir a mudanças de governo e garantir a continuidade de ações climáticas efetivas. Além disso, a análise sublinha a importância de engajamento político e social para pressionar governos a adotar políticas mais responsáveis e comprometidas com o futuro ambiental do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que a questão climática se tornou um ponto central nas discussões internacionais, ela tem sido objeto de diversas contradições, refletindo os desafios de alinhamento entre diferentes nações, interesses econômicos e a urgência de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Este estudo conclui que as consequências dessas políticas foram amplamente negativas. No curto prazo, observou-se um aumento nos índices de desmatamento, emissões de gases de efeito estufa e degradação ambiental. No longo prazo, o desmonte de estruturas e compromissos institucionais criou desafios para a recuperação da governança climática. A reputação internacional de Brasil e Estados Unidos foi prejudicada, afetando sua posição em fóruns multilaterais e relações diplomáticas. A liderança global de ambos os países em questões ambientais foi enfraquecida, com implicações que afetam sua posição em fóruns multilaterais e suas relações diplomáticas.

Neste viés, as perspectivas em relação à agenda ambiental dos governos de extrema direita são as piores possíveis justamente por serem políticas completamente isolacionistas, no sentido de que a questão ambiental é sempre colocada como uma questão estrangeira, ou seja, uma questão externa aos interesses nacionais (Simões, 2020). Tanto Trump como Bolsonaro se isolaram completamente do debate ambiental multilateral a partir do discurso de que a questão ambiental é uma agenda para frear o desenvolvimento do país.

Esses legados levantam reflexões sobre a relação entre governos de extrema direita e sustentabilidade, e isso só reforça o fato de que a abordagem negacionista da agenda ambiental por esses governos está relacionada a uma visão de mundo que valoriza a dominação da natureza, prioriza o homem em detrimento ao meio ambiente, associada à uma negação de ideais de cooperação internacional. Essa perspectiva considera que a natureza é um recurso a ser explorado e que a proteção ambiental é uma preocupação secundária em relação ao desenvolvimento econômico e tecnológico (Ioris, Neto, 2023). Ademais, relaciona políticas de proteção ambiental à um objetivo de intervenção na soberania estatal.

Essa perspectiva evidencia a dificuldade de harmonizar interesses econômicos imediatos com a necessidade de preservação ambiental em regimes que priorizam narrativas nacionalistas e anti-globalistas.

Em síntese, as políticas ambientais dos governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump apresentaram semelhanças notáveis, caracterizadas por desregulamentação, enfraquecimento de órgãos de fiscalização e priorização de interesses econômicos de curto prazo. Essa perspectiva evidencia a dificuldade de harmonizar interesses econômicos imediatos com a

necessidade de preservação ambiental em regimes que priorizam narrativas nacionalistas e anti-globalistas, destacando a necessidade de um compromisso renovado com a governança ambiental e a sustentabilidade em contextos democráticos.

REFERÊNCIAS

ACORDO DE PARIS. Paris, 2015.

AOS FATOS. Todas as declarações de Bolsonaro. *Aos Fatos*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ARAÚJO, B. Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil: Enquadramentos do discurso anti ambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais. *Revista Media Jornalismo*, 22(40), p. 141–159, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10273/8385>. Acesso em: 17 mar. 2024.

AZEVEDO, J. S.; POCHMANN, M. Brasil: incertezas e submissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 63-82, 2019.

EL PAÍS. Investigado, Ricardo Salles deixa comando do Meio Ambiente em meio a desmatamento recorde. *El País Brasil*, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-23/investigado-ricardo-salles-deixa-comando-do-meio-ambiente-em-meio-a-desmatamento-recorde.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FOSTER, John Bellamy. Marx's Ecology: Materialism and Nature. New York: Monthly Review Press, 2000.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett; YORK, Richard. The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth. New York: Monthly Review Press, 2010.

IORIS, Rafael R.; NETO, Roberto Moll. Trump and Bolsonaro: Neo-Fascist Expressions of a Failed Attempt to Redefine Brazil-US Asymmetrical Relations. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2023.

JOTZO, Frank, et al. US and International Climate Policy under President Trump. *Taylor & Francis*, 2018, v. 18, n. 7, p. 813-817.

LOSEKANN, Cristiana; PAIVA, Raquel. Política Ambiental Brasileira: responsabilidade compartilhada e desmantelamento. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/HvDnjf38fzbMWrfJJnbV3Np/?format=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LOWI, M. Conservadorismo e Extrema-Direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Map Biomas Alerta. Brazil lost 24 trees per second in 2020. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org/en/news>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MENDES, Xavier. Título do Trabalho Acadêmico (verificar título no PDF). 2022. Monografia – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),

Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3024/1/2022_mono_xaviermendes.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Impacto mais importante das políticas climáticas de Trump: perda de tempo para os EUA. *National Geographic Brasil*, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/12/impacto-mais-importante-politicas-climaticas-trump-perda-de-tempo-eua>. Acesso em: 09 nov. 2024.

O ECO. Relatório detalha política anti ambiental do governo Bolsonaro. *O Eco*, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-detalha-politica-antiambiental-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

Pedro Miguel Cardoso; Klein, Naomi. Tudo pode mudar. Capitalismo vs. clima. Tradução de Ana Cristina Pais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 113, 2017. Publicado em: 27 jul. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6718>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Portal Terra Brasilis. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2021.

SCOTT, P. Under Siege: The Rise of Right-Wing Populism or Has the Demos Become Crazy? *Galaxia* (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 42, 2019, p. 5-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/SPn5D5hw7FCbhCsByLwbwKP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SIMÕES, C. T. A causa ambiental na extrema-direita: do negacionismo ao ecofascismo; análise da politização do meio ambiente pela extrema-direita do Brasil e da Hungria. 2020. v. 7, p. 1-77. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/82886/1/Caroline%20Teixeira%20Simo%20es.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SHIRTS, Matthew. Donald Trump: o vilão do clima. *National Geographic Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/revista/donald-trump-o-vilao-do-clima>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SOARES, Jussara; GULLINO, Daniel. 'Pega essa grana e refloreste a Alemanha, tá ok?', diz Bolsonaro em recado a Angela Merkel. *O Globo*, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pega-essa-grana-refloreste-alemanha-ta-ok-diz-bolsonaro-em-recado-angela-merkel-23877808>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Stuart-Smith, R. F.; Clarke, B. J.; Harrington, L. J.; Otto, F. E. L. Global Climate Change Impacts Attributable to Deforestation Driven by the Bolsonaro Administration. Expert Report for Submission to the International Criminal Court. Agosto, 2021.